

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Para Haully, modelo garante mais equilíbrio

Governo fraco, Congresso mais forte ainda

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva posou entre sorrisos e abraços ao lado dos novos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Mas, para além dessa aparente cordialidade, o que parece mesmo mover o Congresso é o cheiro de animal ferido. A eleição dos novos comandos do Congresso aconteceu no

rastrado da pesquisa Quaest da semana passada que mostrou a desaprovação de Lula maior que a aprovação. E das declarações de Gilberto Kassab (PSD), Marcus Pereira (Republicanos) e Arthur Lira (PP), criticando o governo. Não parece coincidência que na esteira retorne à tramitação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que instaura o semipresidencialismo.

Assinaturas

De autoria dos deputados Luiz Carlos Haully (Podemos-PR) e Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), a PEC começou a colher assinaturas de apoio já no sábado. No meio da tarde de ontem, tinha o apoio de 138 deputados. Ela precisa de, no mínimo, 171 assinaturas.

2026

Um dos pontos importantes da proposta é que ela já instituiria o semipresidencialismo como regime de governo, caso fosse aprovada, em 2026. Ou seja, o próximo presidente da República já dividiria o poder com um primeiro-ministro. O presidente seria chefe de Estado.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Lafayette de Andrada é o outro autor da PEC

PEC adota os modelos francês e português de governo

A PEC propõe os modelos francês e português de governo. No caso, o presidente da República segue eleito pelos cidadãos de forma direta, com mandato de quatro anos e direito a uma reeleição. Será dele a atribuição de nomear e exonerar o primeiro-ministro. Mas passa a ter funções de representante do Estado. Mas

o poder Executivo passa a ser comandado pelo primeiro-ministro e pelo Conselho de Ministros. E passará a ser tarefa da Câmara apresentar voto de confiança ou moção de censura. Ou seja, pode derrubar o gabinete. Na mesma sessão legislativa, poderão ser apresentadas três moções que destituam o governo.

Parlamentarismo

Enfim, é um sistema parlamentarista. No qual se confere algum poder ainda ao presidente. Essa proposta tinha sido inicialmente apresentada pelo deputado Bonifácio Andrada, pai de Lafayette de Andrada. Como não avançou, acabou caducando no ano 2000.

Reflexo

No fundo, é mais um reflexo dos ensaios que vão fazendo os grupos mais ao centro se colocarem agora não mais como lixa auxiliar, mas como alternativa de poder. “É um modelo que garante maior equilíbrio e estabilidade entre os poderes”, defende Haully.

Prerrogativas

Nos seus discursos, tanto Motta quanto Alcolumbre falaram na defesa das prerrogativas do Legislativo. No fundo, o ponto central é a questão das emendas ao orçamento. Mas boa parte do Congresso avalia que o Judiciário avança de forma indevida sobre seus poderes.

PEC

Até que ponto a PEC terá condições de avançar, dependerá da evolução das hoje delicadas relações entre os três poderes. Ela surge em um momento em que o governo está fraco e o Congresso reclama do Judiciário. Vale prestar atenção em como tal discussão irá se dar.

Juras de harmonia entre Lula, Motta e Alcolumbre

Especialista aponta que cordialidade pode ser apenas aparente

Por Gabriela Gallo

Logo após as eleições do Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu nesta segunda-feira (3) com os novos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), no Palácio do Planalto. Este foi o primeiro encontro presencial entre o presidente da República e os novos presidentes das Casas Legislativas. Os parlamentares foram eleitos para seus respectivos cargos no último sábado (1º) por ampla margem de diferença de votos em comparação a seus adversários. Alcolumbre teve 73 votos dos 81 senadores, enquanto Motta obteve 444 votos dos 513 deputados federais.

O encontro foi marcado por demasiada cordialidade entre os presidentes, que ressaltaram a importância de uma pacificação, harmonia e cooperação entre os poderes. O presidente Lula disse que as novas gestões no poder Legislativo trazem novamente à tona o que ele classifica como a “normalidade” no país, “a convivência pacífica entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cada um sabendo a tarefa que tem”.

“Eu jamais mandarei para o Senado ou para a Câmara um projeto que seja de interesse pessoal do presidente Lula ou de algum partido político. Todos os projetos que nós enviarmos para o Congresso serão projetos de interesse vital para o povo brasileiro. Jamais



Ricardo Stuckert / PR

Tom cordial esconde desafios na relação entre poderes

mandarei um projeto sem antes ouvir as lideranças dos partidos políticos, que são os que vão brigar lá dentro para aprovar os projetos”, declarou Lula.

Ele ainda reiterou que torce para o sucesso dos dois comandantes do Congresso porque isso também representará o sucesso do próprio governo e da população. “A nossa convivência será exemplo para o futuro e exemplo para aqueles que hoje fazem parte do presente e que muitas vezes não querem entender a necessidade da convivência democrática”, afirmou o presidente da República.

Na mesma linha, tanto Hugo Motta quando Davi Alcolumbre reforçaram um compromisso para garantir uma relação harmoniosa entre os poderes.

Harmonia?

Porém, apesar do tom, ao Correio da Manhã o gerente de Inteligência Política na ALLIA Diplomacia Corporativa Gabriel Lepletier destacou que o atual cenário “sugere que, por trás da convivência cordial, existem tensões subjacentes que podem impactar a interação entre os Poderes”.

“A principal mudança no cenário atual tende a ser mais de natureza formal do que substancial. A relação entre o Legislativo e o Executivo tem enfrentado desafios, com destaque para a falta de sintonia entre o ministro [de Relações Institucionais, Alexandre] Padilha e o Parlamento, conforme apontado por líderes políticos”, destacou o cientista político.

Nos bastidores segue a

expectativa de que ocorram novas reformas ministeriais. Dentre elas, há chances de Alexandre Padilha deixar o Ministério de Relações Institucionais e assumir o Ministério da Saúde. Todavia, Lepletier reiterou que uma eventual reforma ministerial “sem a devida divisão a partidos estratégicos, também pode interferir na ‘harmonia’ do Executivo perante o Parlamento”.

“A dinâmica também deve considerar o discurso contundente de Hugo Motta, que, de maneira incisiva, defendeu as Emendas Impositivas e a autonomia do Parlamento. Embora no palco público a articulação entre os poderes pareça amigável e republicana, Motta trouxe à tona questões relevantes sobre as investidas do Supremo”.

Com retorno, confira as pautas de destaque no Congresso

Por Gabriela Gallo

Definidos os novos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), nesta segunda-feira (3) começaram os trabalhos do poder Legislativo. Estavam presentes na cerimônia o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luis Roberto Barroso; o procurador-Geral da República (PGR), Paulo Gonet, e o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, que representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Com o retorno oficial das atividades legislativas, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal começam o ano com uma série de projetos para serem apreciados. Dentre eles, o projeto que concede anistia aos presos envolvidos pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. O projeto chegou a ser discutido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, mas teve a votação adiada. Confira outros temas que devem ser apreciados nas Casas nesse começo de ano:

Orçamento

Um das maiores prioridades do governo federal no Congresso é a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025. O orçamento ainda precisa ser analisado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que aguarda o relatório final do



Roque de Sá/Agência Senado

Coronel prevê votação do orçamento somente em março

senador Angelo Coronel (PSD-BA). Neste sábado (1º), o relator da proposta comentou que o texto deve ser apreciado na CMO, considerando um cenário “realista”, em 10 de março, uma vez que ainda serão definidos os membros da comissão e que há uma série de tópicos que precisam passar por discussões.

“O mês está começando e precisamos realmente fazer ajustes. Tem que ter calma, não adianta fazer um orçamento apressado”, destacou Angelo Coronel.

Dentre as pendências que faltam ser definidas há o programa social Pé-de-Meia (programa que oferece uma compensação financeira para evitar a evasão escolar), o vale-gás e

as emendas parlamentares. O texto inicialmente deveria ter sido aprovado no passado, mas teve que ser adiado por falta de acordo.

Reforma Tributária

Outra tema que precisa ser finalizando no Congresso é o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024). O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados no final do ano passado e aguarda apreciação no Senado Federal. O presidente Lula sancionou o primeiro projeto que regulamenta o tema (PLP 68/2024) em 16 de janeiro. Porém, para a reforma ser implementada por completo, é necessária a

aprovação do segundo projeto, visto que o período-teste de cobrança dos novos impostos começa em 2026.

O primeiro projeto determina a implementação dos novos impostos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – que substituirão os tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS – e o Imposto Seletivo (IS). Já o segundo trata do Comitê Gestor do IBS, que será o responsável por arrecadar o imposto.

Isenção IR

Outra prioridade do governo na área econômica é a ampliação da isenção do pagamento do Imposto de Renda para Pessoas Físicas (IRPF) que ganhem até R\$ 5 mil – promessa de campanha de Lula. A medida faz parte do pacote de corte de gastos, elaborado pelo Ministério da Fazenda e entregue ao Congresso Nacional no final do ano passado. O Projeto de Lei ainda será debatido tanto na Câmara quanto no Senado. A expectativa do governo federal é que o tema seja aprovado ainda em 2025 para a mudança passar a valer em 2026.

Redução maioridade penal

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2019 é de autoria do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e reduz a maioridade penal de 18 anos para 16 anos de idade.

O tema está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.